

MERCADO DE TRABALHO *Entre janeiro e agosto deste ano, empresas abrem 18 mil vagas em SP, o melhor resultado desde 94*

Emprego na indústria é recorde no Real

ADRIANA MATTOS

DA REPORTAGEM LOCAL

O ano de 2000 já bateu o recorde de criação de postos de trabalho em São Paulo desde o começo do Plano Real.

De janeiro a agosto, foram contratados 18,06 mil trabalhadores no setor industrial do Estado, o que representa aumento de 1,13% em relação ao ano passado. Desde 94, as taxas acumuladas eram negativas, segundo dados apresentados ontem na pesquisa de emprego da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O levantamento reúne dados a partir de 96, mas segundo as contas do Departamento de Economia da instituição, desde 94 não eram alcançadas taxas positivas de janeiro a agosto. No mês passado, houve aumento de 0,11% no nível de emprego, a maior taxa de todos os meses de agosto desde o início do Real. No período, surgi-

ram 1.700 postos de trabalho em São Paulo.

Se há vagas sendo criadas, os salários médios, no entanto, ainda têm crescimento lento. A avaliação é da própria Fiesp: a massa salarial ainda se expande neste ano, já que o bolo de contratações cresce, mas o salário médio de cada trabalhador não tem aumentado na mesma velocidade.

"Isso foi constatado, mas há um crescimento sustentado, ainda que tímido, dos rendimentos", diz Clarice Messer, diretora do Departamento de Economia da Fiesp.

Os empresários tentam esclarecer a razão desse descompasso entre salário e emprego. "O que acontece, no setor de embalagens, é que às vezes o empregador dispensa o empregado e, meses depois, contrata outro por valor menor e isso pressiona para baixo o salário médio", diz Sérgio Haberfeld, presidente da Abre (entidade que re-

presenta as indústrias de embalagens).

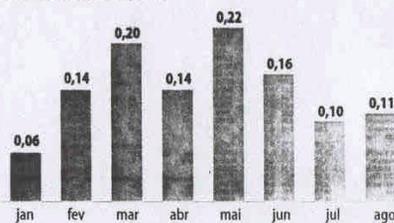
Para Alfried Ploger, diretor de Melhoramentos e da Fiesp, a indústria ainda paga alto pela absorção dos aumentos de seus custos nos últimos dois anos, o que tem deixado pouco espaço para reajustes acima da inflação.

Pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria), publicada na semana passada, mostra que os trabalhadores localizados no Estado de São Paulo tiveram queda de 2% nos salários reais líquidos em julho. No país, a redução foi de 0,84%.

De acordo com o levantamento da Fiesp, entre os 47 setores pesquisados, 24 apresentaram desempenho positivo, com contratações em agosto, 17 demitiram e 6 apresentaram estabilidade nas vagas. O setor de bebidas é o destaque negativo no ano, com queda de 24,8% no número de vagas desde janeiro.

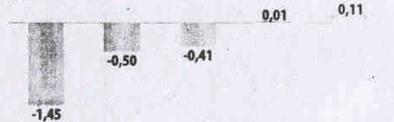
CRESCIMENTO NO EMPREGO INDUSTRIAL (em mil postos de trabalho)

No Estado de São Paulo, em %



Nível de emprego em agosto, nos últimos cinco anos

Em %

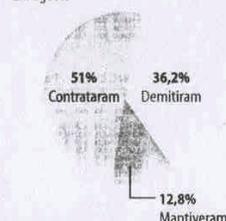


Fonte: Fiesp

é a taxa de crescimento acumulada no ano até o mês passado

postos de trabalho foram gerados em agosto

Contrataram 18,06 mil
Demitiram 6,36 mil
Mantiveram 5,64 mil



(*) Foram pesquisados 47 setores

Empresários avisam que aumento salarial de 20% será muito difícil

DA REPORTAGEM LOCAL

As principais categorias profissionais nem bem sentaram à mesa de negociações com as empresas para definir os reajustes salariais deste semestre e as indústrias já começam a rechaçar a estratégia dos sindicatos. O recado foi dado ontem, na sede da Fiesp, durante o anúncio da taxa de emprego em São Paulo.

Nas declarações, o tom dos empresários era de desagrado. "Ainda estamos no fundo do poço", diz Sérgio Haberfeld, presidente da Abre, entidade que representa as empresas de embalagens. "E só vejo uma forma de negociação: é pelo jeito 'Avon'. Ou seja, os trabalhadores batem na porta da empresa para discutir o reajuste

de forma separada".

Bancários, petroleiros e metalúrgicos têm dissídios a partir deste mês e precisam definir os reajustes nos próximos meses.

Para isso, a Força Sindical e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) decidiram, na semana passada, se unir para criar uma campanha salarial conjunta. É a estratégia estabelecida por elas para aumentar a pressão sobre as empresas. Já os empresários começam agora a rebater a posição dos sindicatos dizendo que eles pedem demais.

"O jogo é sempre assim: eles pedem um pouco além e nós conversamos para entrar numa acordo, mas falar em 20% de aumento é loucura e nem eles acreditam nisso", afirma Alfried Ploger, di-

retor da Fiesp. A Força Sindical apresentou proposta para as categorias que representa solicitando reajuste de 20% (sendo 7,5% de aumento real de salário).

Mas a polêmica deste ano não está só nos reajustes, mas na questão da produtividade. As indústrias dizem que não é possível definir uma taxa única, já que isso varia de empresa para empresa. Os sindicatos não aceitam a explicação, diz Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

"O cálculo da produtividade é complexo e envolve várias ressalvas. Precisa ser bem avaliado ou o número será irreal e, nas negociações, isso precisa ficar claro", afirmou Clarice Messer, diretora da Fiesp. (AM)

Políticas de desemprego excluem os 40 milhões mais pobres do país

DA SUCURSAL DO RIO

Estudiosos do mercado de trabalho afirmam que os cerca de 40 milhões de brasileiros mais pobres estão sendo excluídos dos debates e das políticas públicas voltadas para o desemprego, porque elas só atendem à parcela formalizada da população.

"Pobre não pode se dar ao luxo de ficar desempregado, por isso parte para a informalidade", disse o pesquisador Marcelo Neri, da FGV, citando números que mostram que é das áreas rurais, as mais pobres do país, que vem a maior pressão da informalidade, e não do desemprego.

Ricardo Paes de Barros, diretor da área social do Ipea, engrassa as críticas. Segundo o economista,

"se considerarmos os 40 milhões que vivem abaixo da linha da pobreza", 77% do que o governo gasta com seguro-desemprego vão para não-pobres.

Os dois pesquisadores apresentaram seus estudos, ontem, durante o seminário Soluções Para a Questão do Emprego, realizado no BNDES.

Presente ao seminário, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, concordou que há um problema de "foco" nas políticas públicas para o desemprego.

Amadeo disse que, entre os não-pobres atendidos pelo seguro-desemprego, apenas 12% estão à procura de emprego, sendo que mais da metade já está ocupada, embora ainda seja beneficiada.

Segundo ele, o governo federal vai transferir diretamente à população, via aposentadoria, FGTS, seguro-desemprego e abonos salariais, R\$ 101 bilhões este ano, atendendo a 35 milhões de pessoas.

O ministro Francisco Dornelles (Trabalho) disse que o governo pretende trazer para a formalidade cerca de 7,5% dos empregados informais, com a ajuda de um programa específico lançado este ano, cujo foco são as áreas rurais. Para ele, a taxa de desemprego —hoje acima de 7%— poderá encerrar o ano abaixo de 6,5%.

Segundo Francisco Gros, presidente do BNDES, o banco contribuiu para a criação e manutenção de 1,5 milhão de empregos entre janeiro e agosto deste ano, graças aos R\$ 11 bilhões desembolsados.